



Revista Latinoamericana de Estudiantes de Geografía

ISSN: 0718-770X • No. 10 • Septiembre de 2024 • pp. 36-49.

<http://releg.org/>

Geografias descoloniais no Ensino Médio: (Re)visitando a formação do povo brasileiro na perspectiva dos multiletramentos*

Decolonial geographies in high school: (Re)visiting the formation of the Brazilian people from the perspective of multiliteracies

Leonardo Castro de Carvalho**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), BRASIL

leonardosoetbsb@gmail.com

Recibido: 20/10/2023. Aprobado: 07/11/2023. Publicado (en línea): 30/09/2024.

RESUMO

Este trabalho analisa a influência persistente da colonialidade nas esferas sociais, culturais e intelectuais, especialmente no modo como molda nossa perspectiva do mundo, autopercepção e produção de conhecimento, incluindo a geografia. Seu objetivo principal é conduzir uma análise qualitativa que reinterpreta o ensino de demografia brasileira no ensino médio, sob a ótica decolonial e dos multiletramentos, desafiando as influências coloniais no poder, no conhecimento e na identidade. A metodologia emprega uma abordagem teórico-prática que utiliza diversos meios, como escrita, música e elementos audiovisuais, com uma perspectiva multicultural. Busca promover uma compreensão decolonial da formação do povo brasileiro, suas territorialidades e espacialidades no contexto do ensino médio. Quatro obras são propostas como instrumentos analíticos: o livro “Ideias para Adiar o Fim do Mundo” de Ailton Krenak, a música “Palmares 1999” do Natiruts, a apresentação audiovisual “Precisamos Romper com os Silêncios” de Djamila Ribeiro no TED Talks São Paulo e a apresentação audiovisual “Youtuber Indígena Cristian Wari’u - Povos Indígenas do Brasil”.² Estas obras

* O artigo foi apresentado no 2º Congresso Latino-americano de Ensino de Geografia (CLEG) & I Colóquio de Geografia Inclusiva (COGIn), ocorrido entre os dias 20 e 23 de novembro de 2023, organizado pelas seguintes instituições: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Instituto Federal Catarinense (IFC) *campus* Brusque e Blumenau, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e encontra-se publicado nos anais do evento na plataforma da Revista Estrabão. DOI: <https://doi.org/10.53455/re.v4i.102>. A presente versão contém adaptações sugeridas pelos editores da revista.

** Mestrando em Geografia, Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO).

constituem uma base sólida para discussões críticas visando a construção de uma geografia humanística na educação básica. A combinação da Pedagogia dos Multiletramentos com a geografia oferece oportunidades significativas de aprendizado para a juventude contemporânea, com o propósito de confrontar as influências coloniais persistentes e promover uma abordagem descolonizada da geografia e cultura brasileira.

PALAVRAS CHAVE: Ensino de geografia; Demografia do Brasil; Decolonialidade; multiletramentos.

ABSTRACT

This paper analyzes the persistent influence of coloniality in social, cultural, and intellectual spheres, especially in how it shapes our worldview, self-perception, and knowledge production, including geography. Its main objective is to conduct a qualitative analysis that reinterprets the teaching of Brazilian demography in high school from a decolonial and multiliteracies perspective, challenging colonial influences on power, knowledge, and identity. The methodology employs a theoretical-practical approach that utilizes various means such as writing, music, and audiovisual elements, with a multicultural perspective. It seeks to promote a decolonial understanding of the formation of the Brazilian people, their territorialities, and spatialities in the context of high school education. Four works are proposed as analytical instruments: the book “Ideas to Postpone the End of the World” by Ailton Krenak, the song “Palmares 1999” by Natiruts, the audiovisual presentation “We Need to Break the Silences” by Djamila Ribeiro at TED Talks São Paulo, and the audiovisual presentation “Indigenous YouTuber Cristian Wari’u - Indigenous Peoples of Brazil.” Considerations: These works constitute a solid foundation for critical discussions aimed at constructing a humanistic geography in basic education. The combination of Multiliteracies Pedagogy with geography offers significant learning opportunities for contemporary youth, with the purpose of confronting persistent colonial influences and promoting a decolonized approach to Brazilian geography and culture.

KEY WORDS: Geography teaching; Demography in Brazil; decoloniality; multiliteracies.

INTRODUÇÃO

O processo de colonização da América Latina não representou apenas uma invasão militar territorial que gerou um sistema de exploração econômica capitalista extrativista a partir do genocídio e expropriação dos povos nativos. O início do colonialismo, no final do séc. XVI, representou simultaneamente, também, a constituição colonial dos saberes, das linguagens, memórias e imaginários (Lander, 2005). Segundo Quijano (2005) é uma modalidade de dominação multidimensional que se baseia na falsa convicção de que existe uma superioridade “natural”, na perspectiva racial, cultural e epistêmica do europeu sobre os outros povos.

Neste trabalho adotamos a concepção de Quijano (2005), que definiu a *colonialidade* como a herança deixada pelo colonialismo nas relações sociais, culturais e intelectuais dos povos colonizados. Já o conceito de *decolonialidade*, baseia-se nas contribuições de Catherine Walsh, que afirma a necessidade de partir da desumanização provocada pela colonialidade, considerando a luta dos povos subalternizados, para a construção de outros modos de saber, de ser e de poder (Walsh, 2005). Essa herança não pode ser considerada algo irrelevante, segundo Haesbaert (2021), pois constitui-se como resíduo irreduzível na nossa formação sociocultural e está arraigada em nossa sociedade, inclusive na ciência geográfica, e na academia como um todo, onde acaba manifestando-se

(...) das mais variadas maneiras em nossas instituições políticas e acadêmicas, nas relações de dominação/opressão, em nossas práticas de sociabilidades autoritárias, em nossa memória, linguagem, imaginário social, em nossas subjetividades e, conseqüentemente, na forma como produzimos conhecimento (HAESBAERT, 2021, p.15).

Tal processo deixou marcas profundas nas sociedades vitimadas por essa colonização, através do que Massey (2005) denomina como a imposição da cosmologia de “uma única narrativa”, que extermina as heterogeneidades e multiplicidades presentes no espaço, afetando diretamente a forma como nos vemos e nos percebemos. Para Castro-Gómez (2005), o colonialismo “visa transformar sua alma com o objetivo de transformar radicalmente suas tradicionais formas de conhecer o mundo e a si mesmo,(...), levando o colonizado a adotar o próprio universo cognitivo do colonizador” (Castro-Gómez, 2005, p.58b). Este processo, para Boaventura de Sousa Santos constitui-se como “epistemicídio”.

No campo da ciência, especificamente da geografia, a colonialidade se reproduz através de uma visão eurocêntrica dos conceitos e categorias geográficas, muito fundamentadas na visão ânglo-saxã e francesa, e uma invisibilização de trabalhos, autores e perspectivas de importantes pesquisadores provenientes do sul global e pertencentes a minorias ou grupos minorizados. Para construir uma narrativa

descolonial é fundamental que a geografia, desde a educação básica, especialmente no ensino médio, pense o espaço como a esfera da coexistência da heterogeneidade e multiplicidade, isso implica, segundo Massey (2005), trazer a diferença para o centro do debate político (consequentemente educacional - grifo meu), permitindo a participação de múltiplas vozes e temporalidades. Desta forma, assim como afirma Suess e Silva (2019), trata-se de “resgatar a função crítica da escola, de colocar essa instituição à serviço da transformação social” (SUESS & SILVA, 2019, p.4).

A descolonização da geografia escolar foi abordada por Suess e Silva (2019), onde, após importantes reflexões, os autores identificaram alguns pontos primordiais nesse sentido, dos quais destacarei três que se conectam com a presente abordagem, são eles:

(...) considerar no ensino de Geografia o conceito de raça como categoria de dominação para analisar conteúdos como a Geografia do Brasil e a Geopolítica mundial, com destaque a América. Explicar como a categoria raça tem sido utilizada para justificar as razões apresentadas para as conquistas, novas distribuições de espaços, novos mapas. E, ainda, utilizar esse conceito para desconstruir preconceitos e estereótipos;

(...) considerar o genocídio/epistemicídio dos povos indígenas, negros e outras minorias políticas como um projeto de

poder. Considerá-lo como um conteúdo básico, viabilizando, assim, o resgate e a valorização da multiplicidade cultural;

(...) valorizar a história e os saberes de povos subalternizados. Considerar para além das questões de classes, o gênero, a sexualidade, a mulher, o racismo, o negro, o índio e o diferente para uma nova re(leitura) da sociedade e do espaço geográfico; (SUESS & SILVA, 2019, p.26).

Desta forma, o presente artigo se constitui como uma contribuição para avançar na construção de possibilidades didático-pedagógicas que atendam a esses três pontos, a partir da proposição de quatro obras multimodais e multiculturais que possibilitam a abordagem sobre a formação do povo brasileiro em uma perspectiva decolonial, com foco nas matrizes subalternizadas, especificamente a indígena e a afro-brasileira.

Apesar dos avanços, verificados nas últimas décadas, com relação aos marcos legais, documentos norteadores e currículos, no que diz respeito às relações étnico-raciais, como as Leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os níveis de ensino, tanto público como privado, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre o tema, os conteúdos e abordagens nos livros didáticos de geografia do Ensino Médio ainda refletem, de diferentes formas, a ótica a partir da perspectiva do colonizador, espe-

cialmente quando falamos de demografia do Brasil e as espacialidades e territorialidades advindas dela.

Mesmo havendo um esforço em desconstruir o mito da “democracia racial” e contribuir para a compreensão do racismo estrutural, ainda não há, de fato, uma intencionalidade descolonial que contribua, inclusive, para um aprofundamento da prática antirracista e para que as múltiplas formas de conceber o tempo e o espaço estejam em evidência. Nesse sentido, a Geografia, como ciência e componente curricular, tem muito a contribuir nesse processo, principalmente diante das reflexões de áreas como as geografias pós-modernas, marxistas, anarquistas, feministas, indígenas e descoloniais.

Neste artigo, propomos como caminho didático-metodológico para contribuir com a “descolonização da geografia escolar” (SUESS & SILVA, 2019, p.1), a Pedagogia dos Multiletramentos, conforme a visão da professora Roxane Rojo e Almeida (2012) que afirmam que as “propostas de ensino deveriam visar aos letramentos múltiplos, ou aos multiletramentos e deveriam abranger atividades de leitura crítica, análise e produção de textos multissemióticos em enfoque multicultural” (ROJO; ALMEIDA, 2012, p.8). Essa abordagem, na perspectiva geográfica, se faz interessante pois a relação entre a sociedade e o meio, com a intensificação da globalização capitalista, atingiu um nível de fluidez elevado, de forma que, como afirmam Batista, Becker e Cassol (2018), “(...) Para se discutir mul-

tiletramentos no contexto da Geografia, se necessita abordar uma sociedade fluida, uma sociedade desterritorializada. Uma sociedade que vive o local e o global ao mesmo tempo” (BATISTA; BECKER; CASSOL, 2018, p.24). Desta forma, a perspectiva dos multiletramentos se mostra interessante diante das simultaneidades da contemporaneidade e com relação à diversidade presente na ideia de multimodalidade e multiculturalidade que estão em sua essência.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo, através de um estudo qualitativo, propor uma releitura do conteúdo de demografia do Brasil ensinado no Ensino Médio, nas perspectivas decolonial e dos multiletramentos, ou seja, refletir sobre as possibilidades de aproximação entre o ensino de geografia, a Pedagogia dos Multiletramentos e decolonialidade. Compreende-se aqui que o

conceito de multiletramentos aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente as urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica (ROJO; ALMEIDA, 2012, p.13).

Para tanto, este artigo é um esboço teórico-prático propositivo, que busca, através da linguagem escrita, musical e au-

audiovisual, multissemiótica e multicultural promover uma abordagem que se propõe descolonial, ou seja, que contribua com a desconstrução dos efeitos da colonialidade.

Portanto, além da revisão e reflexão sobre as contribuições bibliográficas existentes, há a proposição sobre as possibilidades de uso, ao desenvolver os assuntos com os estudantes, de quatro obras, em três linguagens diferentes: o livro do autor indígena Ailton Krenak *Ideias para adiar o fim do mundo*, a música *Palmares 1999*, da banda brasileira Natiruts, o audiovisual *Precisamos romper com os silêncios*, palestra de Djamila Ribeiro no TED talks São Paulo e o audiovisual *Youtuber indígena Cristian Wari'u - Povos indígenas do Brasil*. A proposição sugerida será entrecruzada com análises do autor e embasamento teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na perspectiva do conteúdo de Demografia do Brasil trabalhado no Ensino Médio, é comum introduzi-lo, inclusive com o suporte da maioria dos livros didáticos, abordando o processo de formação do povo brasileiro, no sentido de compreender sua diversidade e posteriormente alcançar as discussões étnico-raciais.

Neste processo, a reprodução dos efeitos da colonialidade do saber geográfico se apresenta na forma como o genocídio indígena é abordado. Fala-se da violência, da redução da população e, quem sabe, da contribuição cultural geralmente ligada à alimentação. É comum inclusive, apontar

o conhecimento indígena sobre o território (em uma concepção capitalista, colonialista e eurocêntrica) e como isso foi utilizado pelos invasores no período da dominação colonial. Como é possível verificar no livro didático da FTD Sistema de Ensino, de Geografia, em seu capítulo 15 que aborda a população brasileira, em que os autores, após abordarem o processo violento de colonização e seus efeitos sobre os povos indígenas, suas diversidades e distribuição espacial, afirmam:

Apesar de violenta, a ação colonial não eliminou inteiramente os povos nativos, pois o conhecimento indígena sobre o território era de extrema relevância para o colonizador e contribuiu, por exemplo, para a obtenção de recursos naturais e o estabelecimento de rotas de circulação que foram úteis para a expansão colonial. O caminho Peabiru, uma rota pré-cabraliana muito usada por indígenas brasileiros e primitivos povos andinos, que ligava o oceano Atlântico ao Pacífico, possibilitou ao colonizador a descoberta de riquezas, a criação de missões religiosas, as trocas comerciais e o estabelecimento de povoados e cidades em toda a sua extensão (FTD Sistema de Educação, Geografia, Cap. 15, p.96, 2021).

Os autores concluem o texto descrevendo dados estatísticos de distribuição da população indígena em territórios, demarcados, áreas rurais e urbanas, além de citar rapidamente o preconceito e as narrativas contra os direitos indígenas.

Apesar de trazer discussões que também são relevantes, ainda existem resquícios de

uma abordagem descritiva, que não propõe reflexões críticas a respeito das consequências do colonialismo e da colonialidade no ser, no saber e no poder. Ademais, ainda mantém o indígena em lugares estereotipados, ora como contribuidores da identidade cultural brasileira, ora como vítimas de violações de direitos. No entanto, problemas maiores estão nas ausências e silêncios nos textos dos livros didáticos, como a relação entre essas violações e o sistema capitalista, o papel de protagonismo dos movimentos indígenas nas lutas por direitos e um mundo habitável, na valorização dos conhecimentos ancestrais, na promoção de conteúdos produzidos por indígenas e tantos outros. Essas mesmas características estão presentes em materiais didáticos de outras editoras.

Percebe-se que o desenvolvimento clássico desse conteúdo no Ensino Médio baseia-se na naturalização da ótica do colonizador e coloca a contribuição indígena em uma perspectiva utilitarista que contribui, de alguma forma, para a dominação portuguesa, ou foi usada para tal. Ou seja, naturaliza uma percepção capitalista extrativista do território e ignora completamente as cosmovisões indígenas, as formas como concebem o espaço e a legitimação de seus saberes como conhecimento.

Contudo, como superar essa narrativa única que nos impede de ver os indígenas em sua diversidade (generalizando as etnias como “índios”) e daí pensar suas espacialidades? Para esse fim, iniciando com a aquisição da noção de diversidade dos povos indígenas do Brasil, o audiovisual *Youtuber indígena Cristian Wari’u - Povos indígenas do Brasil*,

disponível na página do autor na plataforma YouTube, constitui-se como ponto de partida. Primeiramente, trata-se de uma produção audiovisual genuinamente indígena, uma vez que o autor é um indígena Xavante, respeitando, assim, o lugar de fala. Essa perspectiva rompe com o padrão colonialista de imposição da cosmovisão de “uma única narrativa” (Massey, 2005), uma vez que permite que um indígena fale sobre essa diversidade, em uma perspectiva que está alinhada a proposição que a mesma Doreen Massey apresenta em sua obra *Pelo espaço* (2009), em que compreende o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem. Contribuindo para a construção de uma perspectiva descolonial.

Para além da questão do lugar de fala, no audiovisual o autor desconstrói os termos equivocados lapidados pela ótica colonialista, contrapondo-os aos termos adequados, como a substituição de “índio” (equivoco do colonizador) por “indígena” (originário da terra), ou a inadequação do termo tribo, por partir de uma falsa dicotomia entre civilizado e não-civilizado. Há, também, uma abordagem a respeito da diversidade e da (r)existência dos povos indígenas do Brasil e quebra o paradigma de lugar do indígena, uma vez que mostra que há uma diversidade de possibilidades para eles, inclusive na produção de conteúdo digital como forma de luta. Como é possível visualizar na imagem abaixo.



Figura 1. *Frame do audiovisual sugerido. Disponível em:*
https://youtu.be/unkNJF_mlNQ.

A linguagem audiovisual contribui para a construção de uma proposta de multiletramentos nesse contexto, devido seu caráter multissensorial, sua capacidade semiótica e sua multiculturalidade, como afirma Morán:

O vídeo é sensorial, visual, linguagem musical e escrita. Linguagens que interagem superpostas, interligadas, somadas, não-separadas. Daí a sua força. Somos atingidos por todos os sentidos e de todas as maneiras. O vídeo seduz, informa, entretém, projeta em outras realidades (no imaginário), em outros tempos e espaços (MORÁN, 1995, p.28).

Como trata-se de um trabalho propositivo, vale reforçar as possibilidades de uso, ainda em Morán (1995). Partindo do trabalho do autor, este audiovisual tem grande

potencial para ser utilizado como sensibilização, como ilustração, bem como conteúdo de ensino.

O primeiro material tem papel importante para a introduzir a discussão sobre a questão indígena, termos adequados, luta pela terra, entre outros. Contudo, não há uma abordagem que contribua na construção do conhecimento sobre a cosmovisão indígena. Sobre a concepção de território, de tempo e de espaço dos povos originários. De acordo com Haesbaert (2021):

Essa visão descolonial predominantemente ecofeminista e/ou indígena do território se expande, como vimos, do corpo individual ao corpo da própria terra –ou da terra vista como corpo–. Em uma posição ainda mais ampliada dessa leitura

“corpórea” e vivida do território, da territorialidade e da territorialização, temos a abordagem mais abrangente, aquela que interpreta como território o próprio mundo vivido por determinado grupo ou cultura em seu conjunto –ou até mesmo, no seu extremo, o conjunto de mundos (o pluriverso) que marca e, de alguma forma, garante nossa existência no planeta (Haesbaert, 2021, p.195).

Nesse sentido, o livro *Ideias para adiar o fim do Mundo*, do autor indígena Ailton Krenak (2019) contribui no sentido de aprofundar a discussão sobre a inviabilidade do modelo social, econômico, político e ambiental do capitalismo colonial extrativista, apresentando a relação ontológica dos povos originários com a Terra, ou seja, a cosmovisão indígena pode ajudar a adiar o fim do mundo. Além de servir como suporte para a reflexão sobre a diversidade existente no conceito de território e as diferentes territorialidades possíveis. Mais uma vez um autor indígena, cujo a obra é uma transcrição de uma palestra dada por ele na Universidade de Brasília (UnB), respeitando a tradição oral dos povos originários, fato que pode servir de indutor para a discussão dos saberes originários e suas formas de transmissão. Além do exposto, na perspectiva dos multiletramentos, uma obra literária que instiga a imaginação e a significação do mundo sob uma perspectiva diferente, contribuindo também para o aprimoramento da interpretação textual. Abaixo, a imagem da capa da referida obra e de seu autor.



Figura 2: Capa no livro *Ideias para adiar o fim do mundo* e uma foto do autor Ailton Krenak (2019).

Retomando a abordagem sobre o caminho tradicional de se trabalhar a demografia do Brasil no Ensino Médio, especificamente a formação do povo brasileiro, é comum transitar da matriz indígena para a africana. O Brasil tem avançado nas últimas décadas com relação à abordagem da história afro-brasileira, principalmente após a aprovação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório a presença nos currículos e salas de aula. No entanto, essa abordagem ainda é estereotipada, fragmentada, além de não tornar claro o suficiente a forma como o apagamento da história e da cultura africana se deu. A forma como a multiplicidade epistêmica dos povos africanos escravizados no Brasil não chegou até a atualidade, restando apenas a narrativa construída pelo colonizador.

Usando o mesmo livro didático de parâmetro, observa-se que mesmo existindo a menção à escravidão e seus efeitos, à ausência de políticas públicas pós-abolição,

ao racismo estrutural - reduzido à “condição em que um grupo social é sistematicamente prejudicado com relação ao outro” (FTD SE, Geografia, cap. 15, p.100, 2021) -, e algumas formas de resistência, não existe menção à diversidade de povos africanos transplantados violentamente da África, elementos de suas culturas, espiritualidades e cosmovisões, ao protagonismo dos movimentos sociais negros, nem tampouco o apagamento completo de suas identidades constituído pela impossibilidade de registrarem as próprias histórias.

Para essa finalidade, avançando na multimodalidade na perspectiva dos multiletramentos, a música *Palmares 1999*, da banda de reggae brasileira Natiruts, oferece grandes contribuições. Primeiramente, é uma música do gênero reggae, movimento musical originalmente negro, com sonoridade fortemente influenciada pela cultura africana (o movimento é de origem jamaicana). Por si só, o gênero nasce, cresce e se fortalece em uma perspectiva de resistência do povo preto no mundo todo. A banda é composta, majoritariamente, por artistas negros, garantindo o lugar de fala e a superação da narrativa eurocentrada. Para além dessas considerações, a letra apresenta uma concepção crítica sobre o registro da história negra no Brasil, bem como relaciona esse apagamento ao processo de segregação socioespacial e econômica. Abaixo, cinco estrofes da música que podem ser utilizadas em diferentes contextos didático-pedagógicos:

A cultura e o folclore são meus
Mas os livros foi você quem escreveu
Quem garante que Palmares se entregou?
Quem garante que Zumbi você matou?
(1ª estrofe)

Perseguidos sem direitos nem escolas
Como podiam registrar as suas glórias?
Nossa memória foi contada por você
E é julgada verdadeira como a própria lei
(2ª estrofe)

Por isso temos registrados em toda história
Uma mísera parte de nossas vitórias
É por isso que não temos sopa na colher
E sim anjinhos pra dizer que o lado mau é
o candomblé
(3ª estrofe)

A influência dos homens bons deixou a
todos ver
Que a omissão total ou não
Deixa os seus valores longe de você
Então despreza a flor zulu
Sonha em ser pop na zona sul
Por favor não entenda assim
Procure o seu valor ou será o seu fim
(4ª estrofe)

Por isso corres pelo mundo sem jamais se
encontrar
Procura as vias do passado no espelho mas
não vê
Que apesar de ter criado o toque do agogô
Fica de fora dos cordões do carnaval de
Salvador
(5ª estrofe)
(Alexandre Carlo, 1999)

Como é possível verificar, a letra convida o ouvinte a refletir sobre a forma como se deu a imposição da cosmologia da narrativa única proposta por Massey (2005), ou as histórias únicas sobre a qual reflete a autora nigeriana Chimamanda Adichie, em um TED *talks* intitulado “Os perigos de uma história única”, entretanto em um contexto genuinamente brasileiro, a partir da música negra brasileira, com toda a contribuição sensorial e reflexiva que a música possui.

Por fim, com o objetivo de aprofundar as reflexões sobre como esses silêncios se reproduzem no Brasil, a relação deles com o racismo estrutural e, sobretudo, a necessidade de romper com esses silêncios de forma que a multiplicidade do povo brasileiro esteja realmente representada, o audiovisual *Precisamos romper com os silêncios*, da autora e ativista negra e femi-

nista Djamila Ribeiro, pode dar grandes contribuições. A autora parte da sua experiência como mulher negra para apontar os múltiplos silenciamentos, como o histórico, social, espacial e institucional se apresentam na sociedade brasileira de forma a perpetuar o racismo estrutural como uma realidade. Portanto, além de contribuir na discussão sobre as ausências de pessoas pretas, indígenas ou outros grupos, a obra pode servir de indutora da reflexão sobre as territorialidades negras e como esses silêncios se manifestam no espaço geográfico, nos dados socioeconômicos e em outras esferas da sociedade. Assim como no caso do Youtuber indígena, esse material pode ser utilizado como sensibilização, como ilustração ou como conteúdo de ensino. Abaixo, imagem da obra.



Figura 3: *frame* da obra sugerida. Disponível em:

<https://youtu.be/6JEdZQUmdbc>

As sugestões aqui apresentadas, buscam promover o ensino de uma Geografia crítica, humanista e decolonial no Ensino Médio, através das contribuições da Pedagogia dos Multiletramentos e suas aproximações com a geografia, acreditando, como Batista, Becker e Cassol, que “os multiletramentos são a manifestação educacional da fluidez da sociedade contemporânea, porém com uma característica clara de retomar o pensamento complexo e crítico sobre o espaço, o tempo, a sociedade e a natureza, contribuindo com a formação cidadã dos estudantes” (BATISTA *et al.*, 2019, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia como ciência e componente curricular no Ensino Médio tem muito a contribuir para a construção de uma sociedade onde o espaço seja concebido como a esfera da possibilidade de coexistência da multiplicidade contemporânea, como afirma Massey (2009). Para caminhar nessa direção, faz-se necessário promover um processo de giro descolonial na forma como abordamos determinados conteúdos em sala de aula.

Um dos caminhos para descolonizar a geografia escolar, explorado nesse artigo, perpassa por rever a forma como desenvolvemos o conteúdo de demografia do Brasil no Ensino Médio, em especial a formação do povo brasileiro, com o objetivo de constituir uma narrativa múltipla, onde as cosmovisões que foram subalternizadas pelo colonialismo possam expressar suas espacialidades e territorialidades, bem como suas identidades.

As obras aqui sugeridas e embasadas são possibilidades de fomentar os importantes e necessários debates para a construção de uma geografia crítica e humanista na educação básica, onde a juventude em formação deve ter a oportunidade de desenvolver capacidades, valores e princípios que viabilizem a existência de todos. Para isso, é latente desconstruir os efeitos deletérios do colonialismo na forma como nos vemos, vemos o mundo e produzimos conhecimento.

A Pedagogia dos Multiletramentos e sua interface com a geografia promove grandes possibilidades de desenvolvimento de aprendizagens significativas nas juventudes contemporâneas. A multimodalidade e a multiculturalidade estão totalmente alinhadas com a forma como eles se comunicam entre si, com o mundo e com o conhecimento, como afirma Spode *et al.* (2022), é “(...) nesse sentido que o ensino de Geografia deve estar conectado com estas transformações nas relações sociais, impostas pela globalização, utilizando-se de todos os recursos possíveis que auxiliem na identificação e no entendimento das dinâmicas do mundo atual” (SPODE *et al.* 2022, p. 5). Além disso, permite contemplar os diferentes perfis de aprendizagens presentes em sala de aula. Portanto, quando empregada na perspectiva geográfica e descolonial o resultado é potencializado.



REFERÊNCIAS

- BATISTA, Natália Lampert; BECKER, Elsbeth Léia Spode; CASSOL, Roberto. Mapas híbridos e multimodais: em busca de multiletramentos na Cartografia Escolar. *PESQUISAR—Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia*, v. 5, n. 7, p. 19-35, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_basica_diversidade_e_inclusao_2013.pdf Acesso em: 19 de março de 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018.
- CASTRO-GÓMEZ, S. La poscolonialidad explicada a los niños. Popayán: Universidad del Cauca, 2005.
- EDITORA FTD. FTD Sistema de Educação. Geografia, Ensino Médio. São Paulo: Editora FTD, 2021.
- HAESBAERT, R. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial /descolonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das letras. São Paulo: 2019.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- MASSEY D. (2004). Filosofia e Política da Espacialidade: algumas considerações. *GEOgraphia*, 4(12), 7-23.
- MASSEY, Doreen. Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- QUIJANO, A. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ROJO, Roxane. Protótipos didáticos para os multiletramentos. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola, 2012.
- ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SPODE, Pedro Leonardo Caesar; NYLAND, Vanessa; RIZZATTI, Maurício; BAPTISTA, Natália Lampert. Multiletramentos, ensino de geografia e lugar: aplicações e possibilidades. *Revista Ensino de Geografia (Recife)*, v.5, n.2, 2022.

SUESS, Rodrigo Capelle; SILVA, Alcinéia de Souza. A perspectiva descolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. *Geografia Ensino e Pesquisa*, v. 23, UFSM, 2019.

WALSH, Catherine. Introducción - (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. In: WALSH, C. *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latinoamericanas*. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. p. 13-35.